

ATA N.º 03/2016

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 30 de junho de 2016.-----

----- Aos 30 dias do mês de junho de 2016, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Cantanhede, em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----

2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais e aprovação dos correspondentes estatutos;----

3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação do Domínio Público de parcela de terreno, a título de alinhamento / Largo Pedro Teixeira, n.º 5 e Praceta António Sérgio, na cidade de Cantanhede / Extrona de Portugal – Gestão de Participações e Comércio Internacional, Ld.ª;-----

4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / VI Mostra Gastronómica Sopas & Pedras;-----

5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / XIII Feira do Tremoço;-----

6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima pela emissão de Licença de Espetáculos Desportivos na Via Pública / XI BTT - Caminhos do Tremoço;-----

7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de

Febres pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Marchas de S. João;-----

8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / XIV Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã;-----

9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã pela cedência do Complexo Desportivo de Cantanhede e Piscinas Municipais de Cantanhede / Férias Ativas;-----

10 - Concessão de isenções de taxas municipais / Relação semestral – 1.º semestre de 2016 / Para conhecimento;-----

11 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XIII Feira do Tremoço;-----

12 - Apreciação, discussão e votação Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã, Freguesia de Sepins e Bolho, Freguesia de Cadima, Freguesia de Febres, Freguesia de Murtede, Freguesia de Ourentã, União das Freguesias de Portunhos e Outil e Freguesia de São Caetano / Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede / Animação Comunitária 2015-2016 / Cursos de Educação Extra-Escolar;-----

13 – Atribuição de subsídio ao investimento no valor de 340.000,00 e à Biocant Associação de Transferência de Tecnologia, destinado ao projeto Biocant III e Unidade Piloto / Para conhecimento;-----

14 – Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Concurso Público para “Concessão da Exploração do Bar Quiosque junto

ao Largo de S. Mateus, na cidade de Cantanhede” e aprovação das respetivas condições do Concurso;-----

15 - Apreciação, discussão e votação da proposta de constituição de Fundo de Maneio para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede;-----

16 – Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015 / Para conhecimento;-----

17 - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidada do Município / Ano de 2015.-----

18 - Apreciação, discussão e votação da proposta da 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's para 2016.-----

19 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / VI Mostra Gastronómica Sopas & Pedras;-----

20 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XIV Feira do Vinho e da Gastronomia da Cordinhã;-----

21 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Construção e requalificação de balneários no Largo de Santo Amaro, no Picoto;-----

22 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Semana Cultural da Freguesia de Cantanhede;-----

23 – Apreciação, discussão e votação da proposta da constituição do júri para os Concursos de cargos dirigentes da Câmara Municipal de Cantanhede;-----

24 - Apreciação, discussão e votação da proposta de aumento da quotização da BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia;-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

----- Pedido de substituição da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, pela Tesoureira, Sr.^a Márcia José Lourenço Ferreira e do Sr. Presidente da União das Freguesias de Covões e Camarneira, pelo Tesoureiro, Sr. Fernando Pedro China Mateus Veríssimo, conforme documentos apresentados. Justificação da falta do Sr. Dr. Fernando de Oliveira Simão, do Sr. Carlos Alberto Miranda de Jesus Pessoa e do Sr. Dr. Pedro Miguel de Jesus Neto Dias, por motivos profissionais e ainda, da falta do Sr. João Paulo Protásio Vagos, por motivos pessoais, conforme documentos apresentados.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 26 de abril a 30 de junho de 2016 e informou que todo o expediente se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 02/2016, da sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2016, a qual foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.---

----- De seguida, deu início ao período Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições efetuadas junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, informou que a Mesa recebeu duas Moções da Bancada do PSD, uma sobre os Contratos de Associação e outra em Defesa das Freguesias do Concelho de Cantanhede. De seguida colocou a

votação a aceitação da Moção dos Contratos de Associação para discussão e votação, tendo a mesma sido aprovada por todos os Membros. De igual modo, colocou a votação a aceitação da Moção “Em Defesa das Freguesias do concelho de Cantanhede” para discussão e votação, tendo a mesma sido aprovada por todos os Membros.-----

----- Iniciando a discussão da Moção dos Contratos de Associação, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Manuel Teixeira, o qual, procedeu à leitura da referida Moção, subscrita pelos membros da Bancada do PSD, do seguinte teor: *“Atendendo a que o Município de Cantanhede tem envidado todos os esforços ao seu alcance no sentido de demonstrar a necessidade de se proceder à reavaliação da situação dos contratos de associação no caso concreto do concelho de Cantanhede, em função da sua especificidade em vários aspetos, e solicitou à tutela que seja revertida a decisão, invocando para o efeito razões perfeitamente atendíveis, quer no que diz respeito à realidade local, quer no concerne aos estabelecimentos em causa. A aplicação do despacho relativamente aos Contratos de Associação terá como efeito inevitável a extinção de postos de trabalho, de docentes e pessoal não docente, e que as repercussões ao nível do desemprego vão afetar muita gente, configurando uma situação que extravasa completamente a questão do vínculo laboral com entidades públicas ou privadas. O Município já fez presente, por escrito, quer à Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Educação quer da Sr.ª Diretora Regional, assim como na reunião de 31/05/2016, realizada com os diretores das escolas públicas, onde se procedeu à articulação dos procedimentos com vista à definição da rede escolar 2016/2017, e que a proposta aí apresentada pela representante do Ministério da Educação não merece a concordância do Município de Cantanhede, tanto mais que não há qualquer critério e/ou razão fundamentada para que tal aconteça no caso*

concreto do nosso concelho. A referida proposta não tem em conta a Carta Educativa de Cantanhede nem qualquer parecer do Conselho Municipal de Educação (CME), que de resto sempre considerou, e considera, que a rede estava estabilizada. Em nenhum momento o Ministério da Educação solicitou ao Município de Cantanhede quaisquer elementos, no que concerne ao encerramento de turmas nos estabelecimentos de ensino com Contrato de Associação sediados no Concelho, designadamente a Escola Pedro Teixeira e o Centro de Estudos Educativos de Ançã. Está a ser posto em causa o desenvolvimento local e uma visão integrada do território também no que à Educação diz respeito, tanto mais que a proposta de rede educativa apresentada pela Tutela contraria todo um trabalho de planeamento do território feito ao longo de muitos anos, pela visão sustentada e integrada que sempre assistiu ao município, tendo em vista a coesão social e territorial. Caso se aplique o despacho e, por conseguinte, não seja permitida a abertura das turmas de início de ciclo aos estabelecimentos com Contrato de Associação, o Município terá um acréscimo de custos com os transportes escolares, até porque um dos estabelecimentos de ensino com contrato de associação dista da escola mais próxima 12 Km (mais de 10Km) sendo que a esmagadora maioria dos alunos que se deslocarão reside nessa localidade. Através dos contratos de associação, estas Escolas (Centro de Estudos Educativos de Ançã e Escola Pedro Teixeira) têm feito parte integrante da oferta pública de ensino e constituído a melhor solução para as famílias deste território. Relativamente aos mapas de transportes escolares, de acordo com o preconizado na legislação em vigor, o Plano de Transportes Escolares encontra-se devidamente aprovado pela Câmara Municipal, em sua reunião de 19/04/2016, sob parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, emitido em 11/04/2016, pelo que a decisão da Tutela implicará novas alterações, não havendo garantias, neste momento,

de se poder corresponder da melhor forma a novas situações. As medidas espelhadas no Despacho de Abertura conduzem a alterações à realidade educativa concelhia, alterando a Rede Escolar Concelhia e a Rede de transportes Escolares, o que acarretará a reavaliação do sistema educativo concelhio, não só no que respeita a eventuais escolas de acolhimento, mas também no que respeita aos fluxos de deslocação diária dos alunos. O Projeto Educativo Local e a Carta Educativa, instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos, contemplam o Ensino Particular e Cooperativo e, na última reunião do Conselho Municipal de Educação, com a presença de todos os estabelecimentos de ensino do Concelho públicos e privados, a reorganização da rede escolar foi abordada, tendo sido concertadas as ofertas formativas para o ano letivo 2016/2017 sem quaisquer perspetivas de alteração. O Município continua a aguardar uma resposta por parte do Ministério da Educação, mais concretamente uma resposta ao pedido de reversão do que está proposto para o concelho de Cantanhede, relativamente a todos os estabelecimentos de ensino com contratos de associação. Propomos: Subscrever e apoiar as tomadas de posição do executivo camarário. Recomendar ao Município que continue a envidar todos os esforços no sentido fazer presente ao Ministério da Educação, a necessidade de se proceder à reavaliação da situação dos contratos de associação no caso concreto do concelho de Cantanhede, pela sua especificidade em vários aspetos, e solicitando que seja revertida a decisão tomada, atendendo à realidade local. Solicitar ao Município de Cantanhede faça presente à Tutela esta tomada de posição.”-----

----- Interveio o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual sugeriu que fosse entregue cópia da referida Moção a todos os Membros da Assembleia, pois considera que a mesma, deveria ser analisada e fundamentada com cuidado, pois trata-se de um assunto

demasiado importante para ser analisado, sem se ter o acesso aos elementos necessários para verificar as razões e a veracidade dos factos apresentados pela mesma. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual justificou a urgência na apresentação e discussão das referidas moções, no caso dos contratos de Associação porque o início do próximo ano letivo será antes da próxima Assembleia a realizar no final do mês de Setembro, e, no caso da defesa das Freguesias, porque existem vários agendamentos no Parlamento sobre aquela matéria. Acrescentou tratarem-se de assuntos públicos do interesse do Município de Cantanhede, pelo que a Bancada do PSD está recetiva a qualquer contributo que possa surgir.-----

----- Interveio, de seguida, a Sr.^a D.^a Maria Armada Gavião, a qual, após cumprimentar todos os presentes, declarou, em primeiro lugar, defender a Escola Pública, a qual deve ter condições para receber crianças. Acrescentou que, se não houver essas condições, o Governo tem a obrigação de as criar. Assim afirmou estar de acordo com a posição tomada pelo Ministro da Educação porque não se justifica que haja realmente instituições de ensino ligadas a Associações que nem por isso funcionam na melhor qualidade, pela forma como tratam os seus professores e os seus trabalhadores, despedindo-os sem qualquer fundamentação. No entanto, considera que, em lugares onde não haja Ensino Público, poderão então existir os Contratos de Associação.-----

----- Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Dr. Luis Pato, o qual referiu que se trata de um assunto que lhe é próximo e que não deve ser discutido numa perspetiva efémera, por se tratar de uma realidade estruturante da sociedade. Afirmou compreender o argumento que subjaz a argumentação do Sr. Dr. Carlos Fernandes,

quanto à questão do *timing*, mas de facto considera que o assunto não deve ser tratado de uma forma efémera, mas sim responsável, uma vez que o que for decidido terá efeitos a médio/longo prazo. Assim, concordando que se deve considerar os detalhes e aos pormenores de cada localidade, concordou com a sugestão do Sr. Prof. Abel Carapêto para que todos fiquem munidos dos elementos necessários para, numa perspetiva crítica, ver o que está bem e o que está mal e medir as possíveis implicações.-----

----- Falou ainda o Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, o qual, após cumprimentar todos os presentes, reconheceu que o assunto continua a ser debatido em todos os meios, sendo certo que, apesar de, a nível nacional, se justificarem algumas situações, a realidade nacional nada tem a ver com a realidade local, nomeadamente, com o que acontece em Ançã. Acrescentou que, em Ançã, o serviço público não tem oferta, pelo que deve beneficiar de um carater de exceção. Assim, apelou a que todos os Membros se unissem numa luta pela manutenção do Centro de Estudos Educativos de Ançã e eventualmente outros colégios de Cantanhede que beneficiem da mesma situação ou que estejam nas mesmas condições em que está aquele estabelecimento de ensino.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Manuel Teixeira, o qual concordou com a intervenção anterior e com o facto de, ao nível do Concelho, a situação não se comparar com o que se passa a nível nacional. Acrescentou que, caso não existam contratos de Associação naquele Centro de Estudos Educativos, os alunos terão de ir, para a Pedrulha, para S. Silvestre ou para Cantanhede. Assim sendo, também ele apelou ao bom senso dos membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista, no sentido de subscreverem também aquela Moção, porque no fundo todos têm interesse que se mantenham os dois contratos de associação existentes no Concelho.-----

----- Foi também dada a palavra ao Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual recordou que a bancada do PSD sempre esteve e está ao serviço do concelho e das pessoas pelas quais foi eleita. Recordou de seguida que a carta educativa de Cantanhede foi trabalhada durante vários anos, foi concluída e tem implicações no próprio desenvolvimento local, pelo que, caso não haja contrato de associação com o Centro de Estudos Educativos de Ançã, a vila irá perder a nível territorial porque as pessoas que se poderiam a vir a fixar em Ançã acabarão por pensar noutras soluções caso não tenham onde colocar os seus filhos. Afirmou ainda tratar-se de um assunto absolutamente político e não económico porque se sabe que uma turma nos estabelecimentos com contrato de associação acaba por ficar mais barata ao Estado do que no ensino público. Assim, apelou a que todos estejam unidos em conjunto com o Executivo para que algo possa ainda vir a ser feito, lutando pelo concelho de uma forma integrada e harmoniosa e confirmando que caso o queira fazer, a bancada do Partido Socialista poderá associar-se àquela Moção.-----

----- Falou ainda o Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual após cumprimentar todos os presentes, afirmou tratar-se de um assunto muito sério e com alguma gravidade. Acrescentou que se trata de uma situação a nível nacional da qual ninguém pode ficar alheia, sendo que no concelho serão afetados 5.400 alunos. Recordou que, existem duas escolas com contrato de associação dentro da rede escolar do concelho, sendo que no Centro de Estudos Educativos de Ançã, conforme informado por um responsável daquela escola, o custo de funcionamento por turma ronda os 90,00 €, inferior à média nacional. Relativamente à Escola Pedro Teixeira, apesar de não ter conhecimento do referido custo, reconhece que aquele estabelecimento tem prestado um serviço público à população, designadamente, através de um ensino de música de elevada qualidade, o que tem que ser tomado em conta. Concluiu que se trata de

um assunto a nível nacional, importante e delicado mas que deve ser discutido ao nível do concelho pois estão em causa duas escolas e muitos alunos.-----

----- Interveio de novo o Sr. Prof. Abel Carapêto, concordando que se trata de uma questão de grande importância, política, mas também económica. Assim reforçou que, ele próprio é, tal como a bancada do PS, por princípio, a favor de uma escola pública que tenha capacidade de acolhimento. Quanto à liberdade de escolha, referiu ser muito vago porque, nesse caso também queria uma escola na sua terra e, relativamente ao facto das escolas com contrato de associação serem mais baratas anualmente por turma, afirmou que tal não é verdade, sendo precisamente o contrário. Acrescentou que, há muitos interesses em jogo e que essas escolas lutam pelos alunos e pela sobrevivência, o que é legítimo, no entanto, considera que também é legítimo que o Estado cuide dos seus interesses e não queira tentar duplicar o financiamento. Assim, voltou a referir que, se as escolas públicas tiverem condições para receber crianças devem receber e não devem financiar as escolas privadas. No caso do Concelho e olhando para a Moção apresentada solicitou esclarecimentos quanto à frase da primeira página: *“tanto mais que não há qualquer critério e/ou razão fundamentada para que tal aconteça no caso concreto do nosso concelho”*, questionando simultaneamente se foram consultados os Agrupamentos de Escolas e qual a posição por eles tomada perante a DGESTE e o Ministério. Questionou também sobre se as escolas do Concelho têm ou não capacidade para acolher mais crianças. Referiu ainda que a grande maioria dos colégios no país continua com contrato de associação, sendo que no Concelho apenas serão afetadas algumas turmas, turmas essas que a escola pública tem capacidade para acolher. Solicitou ainda esclarecimentos sobre a seguinte frase da segunda página: *“Em nenhum momento o Ministério da Educação solicitou ao Município de Cantanhede quaisquer elementos,”*

pois considera que, certamente, foram os mesmos solicitados aos agrupamentos, nomeadamente, quanto à capacidade para acolher mais alunos. Assim, referiu que a posição tomada deve ser coerente e que não vê motivo para que a Bancada do PS não se associasse à Moção apresentada. Finalizou recordando que se devem defender os interesses das populações do concelho, se preocupar com o facto de causar graves transtornos às famílias mas que, acima de tudo, devem ser coerentes e colocar a escola pública em primeiro lugar.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu então a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou também ser um defensor da escola pública, tal como todos os presentes. De seguida recordou que, ao nível nacional existem todo o tipo de situações, desde as do interior do país onde, possivelmente, as cooperativas de ensino são capazes de alojar uma percentagem significativa de alunos carenciados ou de famílias com problemas económicos, até às grandes capitais de distrito, onde existem colégios privados com, supostamente, uma educação de elite, como acontece na capital do Distrito, como todos sabem. Reforçou de seguida que, a posição tomada pelo Município, junto do Ministério da Educação, deveu-se essencialmente ao facto do Município não ter sido consultado, uma vez que existe um Concelho Municipal de Educação, assente num conjunto de entidades a nível regional. Afirmou ainda que estão em causa dois colégios do Concelho, um na franja do concelho, em Ançã e outro no centro de Cantanhede, os quais, à época, tiveram as suas razões de ser. Informou também que, conforme informação prestada pela EB2,3, no momento, aquele estabelecimento de ensino tem capacidade para receber todos os alunos da Escola Pedro Teixeira, ao contrário do que aconteceu há alguns anos atrás. Acrescentou tratar-se de um problema demográfico, existindo atualmente menos crianças. Recordou também a

reunião pública de Câmara onde estiveram funcionários e professores da Escola Pedro Teixeira e na qual, a Câmara, por unanimidade, tomou uma posição pública sobre o assunto. Recordou uma reunião, havida anteriormente com a Sr.^a Secretária de Estado da Educação, na qual foi sugerida uma solução para o concelho de Cantanhede e onde foi alertado para um período de transição, tal como havia sido definido pelo anterior Governo. Voltou a referir que o Município não só defende as escolas públicas de Cantanhede, como defende a escola Pedro Teixeira ou o Centro de Estudos Educativos de Ançã, porque o que está em causa é a empregabilidade no concelho de Cantanhede, tanto no setor público, como no setor privado. Voltou a referir que se devem defender os interesses do Município e recordou novamente a construção dos dois estabelecimentos de ensino em Cantanhede e em Ançã, seguida da construção de uma escola pública em São Silvestre, o que foi talvez uma má decisão da tutela. Falou do facto de, apesar do problema demográfico existente, em Ançã, conforme se verifica pelos últimos censos, a população consegue manter-se fruto das políticas seguidas pelo Município. Relativamente à questão dos 5.º e 7º anos informou que tem implicação nos anos seguintes, com o conseqüente encerramento dos anos seguintes e do fecho daqueles estabelecimentos de ensino ou da continuação dos mesmos como colégios privados. Informou ainda que o Centro de Estudos Educativos de Ançã foi o exemplo levado à Secretária de Estado da Educação, para demonstrar que o Estado, o Governo e o Ministério da Educação não podem olhar de forma cega para aquelas situações e que têm de criar situações de exceção. Finalmente, voltou a referir que o Executivo é contra aquelas medidas e não deixará de defender aquela posição. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes colocou a votação a Moção dos Contratos de Associação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 26 votos a favor e 3 abstenções.-----

----- Após a votação, o Sr. Dr. Luis Pato apresentou a seguinte declaração de Voto pessoal: *“Atento à moção: Contratos de Associação. Eu, Luis Miguel da Cruz Pato, deputado pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal da Câmara Municipal do Concelho de Cantanhede venho por este apresentar, em meu nome pessoal, o voto a favor da Moção supracitada. Tal decisão e posição enquadra-se no termo 2 do Artigo 37 do Regimento da Assembleia Municipal. Esta decisão, em meu nome, deve-se aos seguintes aspetos: 1) Considerar que os contratos por Associação são um serviço público de educação, neste momento, necessário à realidade da oferta educativa de Cantanhede; 2) Concordo que o “timing” da implementação desta medida ser uma realidade errada porque apesar de ser defensor da educação como serviço público considero que estas medidas devem ser implementadas com um prazo mais alargado em termos temporais; 3) Há um problema demográfico a combater e o desaparecimento destas instituições irá incrementar esta realidade. No entanto, apesar de eu ser favorável a esta moção, esta opção deve-se essencialmente ao conteúdo da referida moção. Pois, considero que o título é demasiado lato – o que perfaz uma dicotomia clara com a linha de argumentação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, João Moura, que salientou assuntos relacionados com a empregabilidade e deslocação de crianças. Por isso, proponho a alteração do título desta Moção de modo a cumprir com o que este documento apresenta.”*-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, dando como concluído o assunto anterior solicitou que fosse apresentada a Moção seguinte “Em defesa das freguesias do concelho de Cantanhede”, também apresentada pela Bancada do PSD.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual após cumprimentar todos os presentes, passou à leitura da Moção “Em defesa das freguesias do concelho de Cantanhede”, do seguinte teor: “A bancada do PSD na Assembleia Municipal manifestou-se desde sempre contra a extinção de freguesias, conceito introduzido pelo Documento Verde da Reforma da Administração Local e mais tarde consubstanciado pela Lei nº 22/2012, de 30 de Maio, que impôs a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. Tratou-se de uma posição alinhada com a estratégia do executivo camarário e do PSD – Cantanhede, que lideraram a contestação à fusão de freguesia proposto em 2011 para o concelho pela então designada Unidade Técnica para Agregação de Freguesias. Sendo certo que a posição contundente que tomámos foi em total oposição ao Governo do partido que representamos nos órgãos municipais, a verdade é que nunca vacilámos na nossa determinação em tentar impedir uma medida que sempre considerámos iníqua, injusta, despropositada e lesiva dos interesses do Município de Cantanhede. Não obstante as iniciativas públicas que o PSD desencadeou nesse âmbito e das diligências efetuadas pela Câmara Municipal, o processo acabou por avançar mesmo, traduzido em 10 situações de fusão de freguesias e da sua diminuição de 19 para 14. Assim, regista-se com apreço a abertura que tem sido demonstrada para discutir na Assembleia da República eventual reversão da extinção / agregação das freguesias, bem como para ouvir e respeitar a vontade das populações, das freguesias e dos órgãos municipais, sobre o seu próprio destino. Não havendo impedimentos à realização desta discussão, parece-nos importante que o processo seja célere, capaz de garantir que nas próximas eleições autárquicas (já em 2017), possam ser repostas as freguesias que o pretendam, através da pronúncia dos respetivos órgãos autárquicos. Como sempre defendemos, os fatores administrativos e económicos

subjacentes às decisões que nos foram impostas continuam a ser dúbios e questionáveis, pelo que só a nível local é possível ter uma noção ampla e abrangente dos fenómenos sociológicos, do padrão de representatividade, da proximidade pretendida e das infraestruturas existentes, capazes de melhor promover a coesão territorial do Município. Por isso, alimentamos a fundada expectativa de que o atual Governo do Partido Socialista honre os seus compromissos eleitorais e atue no sentido de desencadear o processo de reorganização das freguesias em moldes que permitam ao concelho de Cantanhede voltar a ter um mapa administrativo consentâneo com as legítimas aspirações das populações.” Se a Moção for aprovada é recomendação da bancada do PSD que a mesma possa ser remetida aos diferentes grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.”-----

----- Tomou a palavra o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Dr. Adérito Machado, o qual referiu que o Governo prometeu que iria repor a reorganização administrativa pelo que espera que agora a promessa seja cumprida. Relativamente ao caso concreto de Cantanhede, acredita que a reorganização administrativa tornaria as pessoas mais próximas do poder local. Com um porta-voz a nível local o Concelho ganharia mais cinco Presidentes de Junta que cumpririam fielmente a sua grande missão, os quais são merecedores de reconhecimento e até de uma menção honrosa por parte da Assembleia Municipal.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual informou que a bancada do PS concorda com a Moção apresentada e propôs algumas alterações no sentido daquela bancada também se associar, nomeadamente, onde diz “A bancada do PSD na Assembleia Municipal manifestou-se desde sempre contra a extinção de freguesias...” deverá também ser colocada a bancada do PS e onde diz que “Tratou-se de uma posição alinhada com a estratégia do executivo camarário e do PSD –

Cantanhede,...”, deviria também constar o PS que sempre esteve ao lado da Câmara naquela luta. Assim considerou que eventualmente, se poderia acrescentar o PS ou então retirar as siglas do PSD ficando a Moção subscrita por todos os Membros da Assembleia Municipal, uma vez que todos estiveram contra a proposta que o anterior Governo apresentou.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual informou que após uma breve conferência, a Bancada do PSD deliberou aceitar que a Bancada do PS, se assim entender, vote a favor da referida Moção fazendo registar as suas discordâncias, pois consideram que deve ser da Bancada do PSD, uma vez que na mesma realçam o facto de terem estado contra o Governo do mesmo Partido, o seu alinhamento com a Câmara Municipal e com o PSD de Cantanhede.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual afirmou que a Bancada do PS concorda com o teor da referida Moção e com as ideias essenciais que lhe estão subjacentes, tratando-se apenas de acrescentar o PS ou de retirar as siglas da Bancada do PSD, passando a mesma a ser subscrita por todos os elementos da Assembleia Municipal. Recordou ainda que a Bancada do PS apoiou a Câmara em todas as iniciativas que levou a efeito para evitar que essa medida fosse implementada.-----

----- Falou também a Sr.ª D.ª Maria Armada Gavião, a qual afirmou que também concorda plenamente com a Moção apresentada pela bancada do PSD mas que também gostaria de ver a Bancada do PS associada, pois sempre esteve ao lado da Câmara e sempre se impôs para que essa medida fosse tomada.-----

----- Interveio o Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual concordando com o facto de se tratar de uma Moção inequivocamente proposta pelo PSD, propôs que no final da

mesma fosse colocada uma nota em como a Bancada o PS subscreve a Moção que foi apresentada pela Bancada do PSD.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Filipe Figueiredo, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordou a sua participação ativa no processo contra a extinção das freguesias e informou que, também ele, gostaria de ver a Bancada do PS inserida na Moção em análise pois continua e será sempre a favor que as Freguesias voltem a ser o que eram.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Mário Miranda de Almeida, o qual, após cumprimentar todos os presentes afirmou que a iniciativa, com certeza do Partido Comunista, merece o seu voto e um aplauso. Relativamente à associação da Bancada do PS à referida Moção, considera legítimo que assim seja porque aquela bancada sempre lutou de igual para igual com a bancada do PSD.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual anunciou que, após conferência com os elementos da Bancada do PS, foi decidido que passará a constar em vez de “Bancada do PSD”, “A Assembleia Municipal”. Justificou aquela alteração pelo facto da posição das duas bancadas ter sido sempre alinhada com a estratégia do Executivo Camarário.-----

----- Interveio ainda o Sr. Presidente da Câmara, o qual registou com agrado o entendimento entre as duas bancadas em relação àquelas matérias tão importantes relativamente às Freguesias e à questão da educação. De seguida alertou a bancada do PS para o facto de, no que toca à questão da saúde e do Hospital de Cantanhede, tivesse algum cuidado com notas para a imprensa que publicam. Informou de seguida tratar-se de uma notícia publicada a 19 de Junho (Domingo), no Diário de Coimbra com o título: *“PS de Cantanhede exige celeridade nas decisões políticas sobre o Hospital”*, e que *“contra tudo e contra todos, mantivemos a atitude de não cedermos*

à narrativa da maioria PSD que a privatização era inevitável e a melhor solução.”

Acrescentou ser uma afirmação que deturpa a realidade e apelou a que houvesse um entendimento naquelas matérias tão estruturantes e a um certo cuidado em dizer as coisas corretas, porque o Executivo defende um serviço público e de qualidade, quer para a saúde, quer para a educação, quer para outras matérias.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção sobre o assunto, O Sr. Presidente Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, colocou a votação a Moção “Em Defesa das Freguesias do Concelho de Cantanhede”, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Fernando Pais Alves, o qual informou que o problema do saneamento existente nas Cochadas continua a ser preocupante, uma vez que apesar de não chover, continuam a correr dejetos que inundam os terrenos em sua volta e a causar estragos. Informou que esteve presente numa reunião com a Proteção Civil e a G.N.R. e que a população está revoltadíssima, não sabendo o que poderá vir a acontecer. Acrescentou que devem ser tomadas medidas rapidamente, que não as que foram tomadas pela CIMRIA. Dirigiu ainda um convite a todos os presentes para assistirem aos festejos da Tocha, nomeadamente, ao 31º aniversário de elevação da Tocha a vila, bem como para assistirem à abertura, no dia 9 de julho, do FOLK de Cantanhede naquela freguesia.-----

----- Interveio a Sr.ª Dr.ª Joana Seabra, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, demonstrou a sua preocupação quanto à situação do hospital de Cantanhede, pois como médica de família e como cidadã do concelho, sente-se afligida e preocupada com a incerteza e o impasse que paira sobre o mesmo. De seguida deu os parabéns à Câmara Municipal de Cantanhede por ter vindo sempre a mostrar preocupação e vontade de fazer sempre mais e melhor pelos cuidados de

saúde no Concelho. Recordou, de seguida que, no anterior Governo foi criada na Assembleia uma Comissão que, embora o impasse e a incerteza na altura, garantiu a manutenção dos cuidados de saúde e um melhor hospital. Atualmente, com a mudança do Governo considera que a incerteza voltou novamente, não se sabendo o que vai acontecer. Informou ainda que, existem apenas no momento duas pessoas na Administração do Hospital que, apesar de sós e isoladas têm feito muito para manter o Hospital a funcionar pelo que merecem um louvor. Finalmente, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a existência de alguma informação por parte do Ministério da Saúde quanto àquele assunto e reiterou que a preocupação maior da bancada do PSD e a sua, em particular, é garantir os melhores cuidados de saúde para os cidadãos do Concelho.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual referiu, na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha que, o que está acontecer nas Cochadas é um crime. Referiu ainda que, de manhã deslocou-se ao local, sendo uma vergonha o que presenciou e que não poderia já acontecer no Século XXI. Referiu ainda que alguém tinha de ser chamado à responsabilidade e que alguma coisa tinha de ser feita pois, para além de ser um crime ambiental, também pode constituir um crime de saúde pública. Assim, apelou ao Sr. Sr. Presidente da Câmara, em seu nome pessoal e em nome da bancada do PS para que, o mais rapidamente possível, tome medidas para resolver o problema, pois o que se passa ali é muito grave. Relativamente à questão do Hospital, afirmou que também a Bancada do PS está preocupada com o que está acontecer, sendo inadmissível que ainda não tenha sido nomeado um Conselho de Administração para aquela unidade de saúde. Informou ainda que, o PS já entregou um ofício ao Ministério da Saúde, cuja resposta do Ministro da Saúde foi que iria tomar diligências nesse sentido. Considerou ainda

ser inadmissível e incompreensível o que está acontecer no Conselho de Administração, encontrando-se o Hospital em autogestão, o que não pode acontecer. Finalmente, propôs que o Município organizasse uma Gala de Desporto, pois considera que o concelho de Cantanhede merece uma Gala para premiar e estimular a prática desportiva, os atletas e todas as pessoas de uma maneira ou outra estão envolvidas com o Desporto no concelho de Cantanhede.-----

----- Falou de seguida o Sr. Dr. Luis Pato, o qual questionou acerca de dois assuntos: O primeiro relacionado com a Expofacic 2015, solicitando respostas às várias questões que foram colocadas sobre o assunto nas sessões das Assembleia Municipais que se seguiram àquele certame, nomeadamente quanto aos valores envolvidos. A segunda, recordando a denúncia apresentada na última sessão relacionada com situações de crime ambiental e de saúde que advêm da fábrica de tratamento de resinas GUM CHEMICAL SOLUTIONS, S. A., questionou o Executivo sobre o ponto da situação daquela situação. Finalmente, relativamente ao reparo feito pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a notícia no Diário de Coimbra da autoria do PS de Cantanhede, publicada a 19 de Junho, acerca do Hospital, considerou tratar-se de um erro tão grave como, por exemplo, a Câmara Municipal omitir a presença dos Vereadores do PS em eventos na página do Município.-----

----- Foi ainda dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia da Sanguinheira, Sr. Euclides Vinagreiro, o qual, após cumprimentar todos os presentes, apresentou o programa da Semana Cultural e Gastronómica da Sanguinheira e convidou todos os presentes a associarem-se àquele evento.-----

----- Interveio o Tesoureiro da União das Freguesias de Covões e Camarneira, Sr. Pedro Veríssimo, o qual após cumprimentar todos os presentes deu conhecimento à Assembleia, pormenorizadamente, de todas as atividades realizadas no âmbito da IV

Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira que decorreu de 3 a 13 de Junho, afirmando que foi um êxito principalmente pela participação massiva da população. Agradeceu ainda ao Município de Cantanhede e a todas as associações da freguesia que ajudaram na realização daquela Semana Cultural.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual felicitou o Município pelo apoio dado às Marchas Populares do Concelho de Cantanhede, tal como aconteceu com o ciclo de Teatro, e que se fizeram sentir um pouco por todo o Concelho, envolvendo toda a população. De seguida, referindo-se às Comemorações do Dia do Comando Territorial da G.N.R., levado a efeito em Cantanhede, considerou ter sido uma cerimónia muito bonita e recordou algumas das preocupações do Sr. Comandante, particularmente sobre o combate à prevenção de incêndios e sobre o facto de o legislador indicar quem compete fiscalizar, quem compete atribuir coimas e que, depois não dá os meios para que essa fiscalização seja feita. Acrescentou que o mesmo acontece com as Freguesias, onde cada vez mais o legislador faz legislação, atribuindo competências àquelas Autarquias, mas não lhes conferindo os meios necessários para as poder desenvolver.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Vereador Sr. Júlio de Oliveira, o qual relativamente ao problema de saneamento existente na Tocha, afirmou que a população, há muito tempo que vem a ser fustigada por crimes de natureza ambiental, particularmente com o saneamento. Informou, de seguida que essa situação acontece porque o governo do Sr. Eng.º António Guterres, cujo Ministro do Ambiente era o Eng.º José Sócrates, resolveu criar a CIMRIA que tinha como vocação tratar uma parte significativa do Baixo Mondego, da Gândara e da região de Cantanhede, Mira e Vagos. Acrescentou que, os estudos então efetuados pareciam adequados e uma boa

medida para a saúde e o bem-estar das populações. Esclareceu ainda que apesar da boa intenção, houveram erros de projeto, nomeadamente, o facto das diversas estações e dos diversos estágios do tratamento do saneamento serem feitos em serie, o que significa que, se há uma interrupção a partir de um determinado ponto, que pode ser no concelho de Vagos, as Cochadas serão sempre inundadas. Acrescentou que, quando foi Presidente da Junta da Freguesia da Tocha, as autoridades também lá foram e levantaram autos, sendo certo que o problema é da única e exclusiva responsabilidade do Estado Central. Referiu ainda que a colocação de uma Central de Tratamento na freguesia da Tocha, que poderá demorar 2 anos a ser instalada, resolverá uma parte, pois se houver uma interrupção no circuito da Tocha para a frente, os afluentes do concelho passam a ser tratados nessa mesma Central. Informou ainda ter conhecimento que a CIMRIA se comprometeu a aumentar a capacidade de bombagem, no sentido de tentarem que o afluente pare o menos possível naquela zona, o que não é suficiente para impedir que haja afluentes de dejetos nas terras. Teve ainda conhecimento que, no espaço de dois meses a CIMRIA se comprometeu com a INOVA a aumentar o caudal de bombagem e das bombas na central das Cochadas e que a INOVA começará a fazer a limpeza dos terrenos adjacentes de forma a minorar os efeitos nas plantações. Referiu não concordar que aquelas populações, ao longo dos anos, tenham sido tão sacrificadas pela incompetência de alguns concelhos que estão a norte do nosso concelho e finalizou dizendo que o Concelho de Cantanhede tem 90% do seu território tratado e saneado ao contrário de outros Concelhos vizinhos com apenas 30% e que o problema não é nem do Município, nem da INOVA mas da SIMRIA que deveria ser responsabilizada, por esse crime ambiental e ser punida.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu finalmente, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual respondeu às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente ao problema existente nas Cochadas, referiu ainda esta semana ter falado com o Administrador das Águas do Centro Litoral, tendo sublinhado e reiterado o pedido expresso do Presidente do Conselho da Administração da INOVA, no sentido do primeiro nível de intervenção ser encurtado o mais rápido possível. Recordou que vai haver dois níveis de intervenção, um a médio prazo, em três ou quatro anos, relacionado com a construção de uma grande ETAR e outro, numa primeira fase, com as medidas mais rápidas e imediatas para tentar minimizar ao máximo aquele efeito, o que, infelizmente não tem acontecido. Informou ainda ter pedido os maiores esforços por parte das Águas do Centro Litoral para que, rapidamente, aquela situação possa ser resolvida, sendo certo que continuará a fazer a pressão necessária nesse sentido. Acrescentou que gostaria que houvesse soluções rápidas para resolver, pelo menos, parcialmente ou para níveis aceitáveis aquele problema que está a afetar a freguesia da Tocha; - Em relação à EXPOFACIC, afirmou que todas as questões já foram várias vezes discutidas na Assembleia Municipal e que as contas são aprovadas, num primeiro momento, na INOVA e depois na Câmara perante todos os Vereadores. Relativamente ao orçamento daquele evento informou que, de quatro anos para cá, ronda o valor de um milhão e trezentos mil euros, valor que é público. De seguida voltou a expor todos os argumentos já dados em anteriores sessões da Assembleia Municipal sobre os vários aspetos focados, nomeadamente, quanto às contratações, ao preço dos bilhetes, à representatividade dos empresários locais, a sustentabilidade da feira como opção política, entre outros. Finalizou afirmando que tem a máxima confiança na Administração da INOVA e nas pessoas que lá estão, pelo que refuta completamente

as observações feitas.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

----- **Passou-se, de seguida, ao Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais e aprovação dos correspondentes estatutos»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que se trata de uma iniciativa dos Municípios do norte, tendo em vista a constituição de uma Associação Nacional de Assembleias Municipais, cujos estatutos enviados a todos os Membros para conhecimento e análise se encontram para discussão e aprovação. Acrescentou que ainda não se pode avaliar a sua importância e que, a sua finalidade é valorizar o papel das Assembleias Municipais na organização democrática dos Municípios apoiando e promovendo para o efeito estudos, seminários, congressos e publicações.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual informou já ter falado informalmente com o Sr. Presidente da Mesa sobre o assunto, tendo chamado a atenção para o facto de que a Associação de deveria denominar Associação dos Eleitos em Assembleias Municipais, ou então, Associação Nacional de Assembleias, pois têm de ser as Assembleias a serem associadas e não os membros, conforme consta dos estatutos, e dos quais se conclui que cada membro poderá pedir a adesão a título individual, sendo este assim o sócio

da Associação, e nunca o titular do cargo de Presidente da Assembleia Municipal.----

---- -- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais e aprovação dos correspondentes estatutos»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação do Domínio Público de parcela de terreno, à título de alinhamento / Largo Pedro Teixeira, n.º 5 e Praceta António Sérgio, na cidade de Cantanhede / Extrona de Portugal – Gestão de Participações e Comércio Internacional, Ld.ª»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, solicitou que o Sr. Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, em regime de substituição, Eng.º António Abreu, procedesse à exposição da pretensão da empresa, Extrona de Portugal - Gestão de Participações e Comércio Internacional, Ld.ª, relativamente a uma desafetação de domínio público de uma parcela de terreno, a título de alinhamento de 7,9 m2, situada no Largo Pedro Teixeira e com a frente para a Praceta António Sérgio.-----

----- Tomou então a palavra o Sr. Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, em regime de substituição, Eng.º António Abreu, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que se trata de um prédio que confina com o Largo Pedro Teixeira e com a Praceta António Sérgio. Referiu, de seguida que, do lado do Largo Pedro Teixeira já existe um edifício onde está instalada a loja da Vodafone e onde não vai haver qualquer intervenção. Acrescentou que, do lado da Praceta António Sérgio, a empresa proprietária do referido terreno pretende fazer uma

construção, cujo processo já deu entrada na Câmara, e para a qual é necessária a correção do alinhamento previsto no plano de urbanização, o que implica uma cedência de 7,90 m² de espaço público. Sendo a Assembleia Municipal a entidade competente para o efeito, sob proposta da Câmara, vem assim a proposta da cedência daquela área com 7,90 m², a 250,00€/m², pelo valor de 1.620,00 €, cujo cálculo do preço foi efetuado nos termos do código de expropriações.-----

----- Não havendo qualquer pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação do Domínio Público de parcela de terreno, à título de alinhamento / Largo Pedro Teixeira, n.º 5 e Praceta António Sérgio, na cidade de Cantanhede / Extrona de Portugal – Gestão de Participações e Comércio Internacional, Ld.ª»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que os assuntos do **Ponto 4** ao **Ponto 9**, bem como o **Ponto 22**, tratam de propostas de isenções de taxas a várias Juntas de Freguesia, pelo que seriam apresentados e discutidos conjuntamente.-----

----- Foi, de novo dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que se tratam das seguintes isenções de taxas: - VI Mostra Gastronómica Sopas & Pedras da União de Freguesias de Portunhos e Outil, sendo a isenção de taxas de 99,05 €; - XIII Feira do Tremoço na Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, da Junta de Freguesia de Cadima, sendo a isenção de taxas de 90,47 €; - “XI BTT - Os Caminhos do Tremoço” da Junta de Freguesia de Cadima, sendo a isenção de taxas de 17,17 €; - Marchas de S. João na vila e freguesia de Febres, da Freguesia de Febres, sendo a isenção de taxas de 36,10 €; - XIV Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã, da Junta de Freguesia da Cordinha, sendo a isenção de

taxas de 116,22 €; - Férias ativas, da Freguesia da Cordinhã, relativamente à cedência do Complexo Desportivo de Cantanhede e Piscinas Municipais, sendo o valor das taxas relativas ao Complexo Desportivo de 303,24 € e relativamente às Piscinas Municipais de 779,76 €; - Semana Cultural de Cantanhede, da União de Freguesias de Cantanhede e Pocariça, sendo a isenção de taxas de 99,05 €.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, dada a natureza idêntica dos vários pontos, e após a concordância de todos os Membros da Assembleia, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação conjunta o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / VI Mostra Gastronómica Sopas & Pedras», o Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / XIII Feira do Tremoço», o Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima pela emissão de Licença de Espetáculos Desportivos na Via Pública / XI BTT - Caminhos do Tremoço», o Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Marchas de S. João», o Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / XIV Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã», o Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à**

Freguesia de Cordinhã pela cedência do Complexo Desportivo de Cantanhede e Piscinas Municipais de Cantanhede / Férias Ativas» e o Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça pela emissão de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Semana Cultural da Freguesia de Cantanhede», os quais foram todos aprovados por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Concessão de isenções de taxas municipais / Relação semestral – 1.º semestre de 2016 / Para conhecimento»:---

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que, conforme consta da tabela enviada a todos os Membros, as isenções concedidas pela Câmara a entidades diversas, tais como Associações e Juntas de Freguesia do concelho, desde 1 de Dezembro de 2015 a 7 de Junho de 2016, ascendem a um valor de 8.785,39 €.

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que os assuntos do **Ponto 11** e do **Ponto 12**, bem como do **Ponto 19 ao Ponto 21**, tratam de propostas de atribuições de subsídios a várias Juntas de Freguesia, pelo que seriam analisados em conjunto.

----- Assim, como os **Pontos 11 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XIII Feira do Tremoço”, 19 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / VI Mostra Gastronómica Sopas & Pedras” e 20 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XIV Feira do Vinho e da Gastronomia da**

Cordinhã” são da área da Cultura, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso, o qual informou que se tratam do apoios concedidos à realização de eventos culturais, nomeadamente, eventos gastronómicos com as mesmas características, pelo que foi atribuído as Juntas de Freguesia respetivas um subsídio no valor de 1.500,00€. Relativamente ao **Ponto 12 - “Apreciação, discussão e votação Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã, Freguesia de Sepins e Bolho, Freguesia de Cadima, Freguesia de Febres, Freguesia de Murtede, Freguesia de Ourentã, União das Freguesias de Portunhos e Outil e Freguesia de São Caetano / Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede / Animação Comunitária 2015-2016 / Cursos de Educação Extraescolar”**, o subsídio foi atribuído apenas às Juntas de Freguesia que organizaram aqueles cursos em parceria com a Câmara Municipal.-----

----- Interveio, de seguida, a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que, relativamente ao **Ponto 21 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Construção e requalificação de balneários no Largo de Santo Amaro, no Picoto”**, existe um lapso no texto da informação, uma vez que o valor do subsídio é equivalente ao valor dos materiais e de uma parte da mão-de-obra especializada, e não, do valor total da obra conforme é referido. Esclareceu ainda que o resto da mão-de-obra foi comparticipada pela União das Freguesias de Covões e Camarneira.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à**

Freguesia de Cadima / XIII Feira do Tremoço», tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 26 votos a favor e 5 abstenções.-----

----- Após a votação do Ponto 11, o Sr. Dr. Luís Pato apresentou a seguinte declaração de Voto, subscrita pelos Membros do PS: *“A tendência de voto – abstenção manter-se-á nos pontos 11, 19 e 20 da presente Assembleia visto que já, por inúmeras vezes, a bancada do PS da Assembleia Municipal pediu os critérios aplicados para a distribuição destes subsídios e até hoje, a única resposta que temos tido tem sido uma evasão constante. Recordamos que pretendemos apenas que as freguesias e associações sejam tratadas de uma forma imparcial e já que temos que votar os valores distribuídos temos o direito de saber quais foram os critérios utilizados para validar esta ação.”*-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã, Freguesia de Sepins e Bolho, Freguesia de Cadima, Freguesia de Febres, Freguesia de Murtede, Freguesia de Ourentã, União das Freguesias de Portunhos e Outil e Freguesia de São Caetano / Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede / Animação Comunitária 2015-2016 / Cursos de Educação Extra-Escolar»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / VI Mostra Gastronómica Sopas & Pedras»,** tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 26 votos a favor e 5 abstenções.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XIV Feira do Vinho e da Gastronomia da Cordinhã»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 27 votos a favor e 4 abstenções.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Construção e requalificação de balneários no Largo de Santo Amaro, no Picoto»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual solicitou esclarecimentos aos elementos da Bancada do PS, porquanto a Declaração de Voto apresentada foi subscrita por toda a Bancada e no Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XIV Feira do Vinho e da Gastronomia da Cordinhã», houve um elemento que votou a favor, contrariando assim aquela Declaração de Voto.-----

----- Interveio então o Sr. Filipe Figueiredo, o qual informou ter votado a favor naquele ponto porque apenas recebeu e viu o Edital contendo os assuntos a discutir até ao Ponto 18, tendo por isso ficado baralhado. De seguida, informou que mantém a sua votação, a favor, no Ponto 20.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 13 - «Atribuição de subsídio ao investimento no valor de 340.000,00 e à Biocant Associação de Transferência de Tecnologia, destinado ao projeto Biocant III e Unidade Piloto / Para conhecimento»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, conforme consta da informação prestada, a referida

atribuição de subsídio decorre do encerramento da candidatura submetida no valor total de 6,6 milhões de euros, destinada ao novo edifício, mas também à Unidade de Biotecnologia Industrial. De seguida informou que, com o novo edifício maximizam-se as condições necessárias para a atração de novas empresas, recordou algumas dificuldades para a conclusão do mesmo, que se prenderam com a insolvência do empreiteiro da obra e apontou a data de 14 de setembro do corrente ano para a inauguração daquele novo edifício, o qual já está ocupado em 75%. Referiu-se, de seguida ao último ponto da agenda de trabalhos da presente sessão, respeitante ao aumento das quotas de 4% para o 8% no BIOCANT, o que significa um acréscimo nas quotas de cerca de 164.000,00 € por ano e recordou que, ao longo dos 11 anos, desde a conclusão do primeiro edifício, o Município foi o indutor, o promotor do crescimento daquele parque tecnológico, o qual continua aberto juntamente com o Município a investidores, capitais de risco e a parcerias públicas com o Estado Central, encontrando-se numa fase de consolidação. Relativamente à sua afirmação internacional e de atração de investimento direto estrangeiro, afirmou ser essa a grande missão no momento e recordou um contrato foi feito em 2015 com uma empresa brasileira que ocupará aquele novo edifício, levando assim o Biocant para o Brasil, para Angola e para Moçambique. Recordou ainda a evolução da empresa Converde, que representou o maior investimento privado de biotecnologia em Portugal, cerca de 25.000.000,00 € e cujo produto já está sinalizado pelos Estados Unidos e pelo Canadá e com intenções de procurar outros mercados, nomeadamente, o Asiático e o mercado Europeu. Acrescentou que o grande desafio é que o parque se torne autossustentável e a criação de condições favoráveis para que os jovens se possam fixar no Concelho. Afirmou ainda que não é possível encontrar em outros sítios, um arrendamento de um espaço laboratorial a 12,00 €/m², como acontece no

BIOCANT, o que o torna bastante atrativo, não esquecendo que existe concorrência em Lisboa e no Porto. Reforçou ainda a ideia de que se deve continuar a manter a atratividade do Parque, para fomentar a vinda de novas empresas e continuar apostar no futuro.-----

----- Tratando-se de assunto relacionados, o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, sugeriu que se passasse de seguida para o **ponto 24 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de aumento da quotização da BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia”**. -----

----- Interveio o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual concordando com a discussão do referido ponto, afirmou que o BIOCANT é um projeto de interesse para o Concelho e reconheceu que, de facto, a Câmara Municipal tem feito um enorme esforço financeiro para o mesmo projeto. De seguida colocou as seguintes questões: - Qual o motivo do aumento da quotização de 4% para 8%, tratando-se de um aumento substancial; - Se o modelo de gestão é sustentável a médio/longo prazo, uma vez que o Município não se pode continuar eternamente a financiar o BIOCANT, apesar do projeto ser de interesse para o Concelho e porque existem outras áreas essenciais onde é necessário investir, como por exemplo, a questão ambiental.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual reconheceu que, efetivamente, a autossustentabilidade do projeto é o grande desafio e que, tem sido, efetivamente um esforço financeiro ao longo de todos estes anos. Relativamente à questão da quota, esclareceu que o aumento de 4% para 8% representa um acréscimo de 164.000,00 €, substituindo assim o subsídio habitualmente atribuído. --

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Ponto **13 - «Atribuição de subsídio ao investimento no valor de**

340.000,00 e à Biocant Associação de Transferência de Tecnologia, destinado ao projeto Biocant III e Unidade Piloto / Para conhecimento».-----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de aumento da quotização da BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Concurso Público para “Concessão da Exploração do Bar Quiosque junto ao Largo de S. Mateus, na cidade de Cantanhede” e aprovação das respetivas condições do Concurso»:**--

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que, relativamente àquele bar, a concessão irá terminar a 31 de Agosto do corrente ano pelo que se torna necessário desenvolver os procedimentos para abrir um novo concurso. Acrescentou que, as condições são semelhantes ao anterior concurso, com o preço base a manter-se em 7.200,00 € + IVA, pelo prazo de dois anos e com a possibilidade de ser prorrogado por mais um. Justificou ainda que o prazo proposto justifica-se com a hipótese de se poder vir a fazer no local uma intervenção, nomeadamente, a requalificação do espaço frontal da feira, através das obras do PEDU. Acrescentou que, ao fazer a recuperação daquela área, parte do bar poderá vir a ser afetada, não sendo assim muito sensato concessionar por mais do que dois anos.-----

----- Interveio o Sr. Pedro Macedo, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, chamou a atenção para o facto de existir apenas uma entrada, que é também saída, na sala existente ao lado, sem qualquer saída de emergência.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Concurso Público para “Concessão da Exploração do Bar Quiosque junto ao Largo de S. Mateus, na cidade de Cantanhede” e aprovação das respetivas condições do Concurso»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de constituição de Fundo de Maneio para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra ao Sr. Vereador, Dr. Pedro Cardoso, o qual informou que se trata da constituição de um fundo de maneio destinado à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede, decorrente da publicação da Lei n.º 142/2015, que centra nos Municípios todo o apoio às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, quer a nível da vertente logística, quer financeira e administrativa. Informou ainda que, aquele fundo de maneio era anteriormente da responsabilidade da Segurança Social, passando agora a ser da responsabilidade do Município que, através do Serviço Municipal de Ação Social, devidamente fundamentado, põe em prática a possibilidade de poder responder às necessidades e despesas urgentes e inadiáveis, no âmbito do funcionamento daquela Comissão, as quais se prendem, sobretudo, com os processos de acompanhamento de crianças.—

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de constituição de Fundo de Maneio para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015 / Para conhecimento»:-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou tratar-se dos compromissos que foram assumidos decorrentes da autorização prévia genérica concedida na sessão Assembleia Municipal realizada em 11/12/2015. De seguida informou que, decorrente dessa autorização, os compromissos plurianuais assumidos até 31 de Maio de 2016, foram: - A aquisição de licenças de software da Microsoft - 122.213,94 € + IVA; - Prestação de serviços de Saúde de trabalho no Município de Cantanhede à empresa PREVIMEDE – 7.953,42 €; - O fornecimento continuado de inertes de calcário à Iberobrita – 140.047,80 €; - O fornecimento continuado de massa betuminosa a frio à empresa Prioridade – 49.519,80 €; - O aluguer de camiões para o transporte de inertes à firma Coimbraferros – 83.640,00 €; - A manutenção dos relvados naturais dos Complexos Desportivos de Cantanhede, Tocha e Febres à Marvijardim - 94.142,82 €; - Os contratos de emprego Inserção de duas pessoas, um pedreiro e uma auxiliar para limpeza.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidada do Município / Ano de 2015»:-----

----- Foi, de novo, dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que, decorrente da Lei, os órgãos deliberativos têm de apresentar na sessão das Assembleias Municipais realizadas em Junho, as contas consolidadas do grupo autárquico constituído pela Câmara Municipal, a INOVA, o BIOCANT, a ABAP e a WRC, nomeadamente, relatório de gestão, balanço consolidado, demonstração consolidada dos resultados por natureza e mapas de fluxo

de caixa. Recordou que existe ainda um desfasamento no que toca aos sistemas de contabilidade, uma vez que a Câmara continua a seguir o POCAL e as outras entidades, têm um sistema de contabilidade diferente. Esclareceu, de seguida que, o método de consolidação integral assume a consolidação dos documentos contabilísticos de todas aquelas entidades, sendo que no método de equivalência patrimonial, há uma atualização de valores contabilísticos de investimento, do valor equivalente à participação de cada uma daquelas entidades, apesar da percentagem ser diminuta. Assim, comparando os resultados com os do ano anterior, verifica-se um aumento do ativo e um aumento do imobilizado, sendo que o ativo representa 3.706.631,03 €. Após a explicação do aumento do ativo, nomeadamente, com a conclusão das obras do Pavilhão de Febres e do Centro Escolar de Cantanhede referiu-se ao aumento dos fundos próprios, dos quais resulta também o aumento das reservas e dos resultados transitados. Relativamente ao passivo, chamou a atenção para o facto de nem sempre, o seu aumento corresponder a algo negativo, uma vez que tem a ver com o lançamento dos incentivos comunitários. Explicou assim que houve um aumento do património municipal no valor de 3.700.000,00 € e uma diminuição da dívida a terceiros de 4.000.000,00 €, que é de salientar. Relativamente à demonstração de resultados informou ter havido um aumento de custos e perdas, devido ao aumento das transferências de capital para as Juntas de Freguesia e para as coletividades, decorrente das obras assumidas por essas entidades. Quanto ao resultado líquido de 2.067.000,00 €, explicou que, há subsídios, como acontece com o atribuído ao BIOCANT que não representam uma dívida, mas que são lançados na parte dos custos. Informou também que a empresa Auren Auditores & Associados, auditor externo do Município analisou os relatórios e apenas questionou duas situações: - Relativamente à contabilidade de custos que a Câmara ainda não

implementou na totalidade, tendo sido respondido que os serviços estão a trabalhar nesse sentido prevendo-se que se inicie no início de 2017; - Relativamente ao imobilizado, existem bens que foram perdidos no tempo e não se encontram registados, concretamente estradas antigas e escolas, tendo sido respondido que se tem tentado recuperado esses prédios junto dos Julgados de Paz, através do usucapião ou da justificação, com base em declarações de antigos responsáveis da Câmara ou encarregados municipais. Acrescentou tratar-se de um trabalho exaustivo e demorado, que ainda não está totalmente feito, mas com o qual se tem recuperado muito património. Finalmente destacou todo o trabalho realizado pela Divisão Financeira, quer pela qualidade profissional dos técnicos, quer pela articulação que têm tido com todas as entidades parceiras, tendo em vista a formalização clara e atempada daqueles documentos.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidada do Município / Ano de 2015»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 23 votos a favor e 4 abstenções.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's para 2016»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu, de novo, a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que, a revisão em causa tem a ver com a criação de rúbricas novas: - A primeira relacionada com a obra plurianual, projetada para a estrada que liga o local da Feira quinzenal aos Bombeiros e que termina junto às bombas, atrás do palco 2 da EXPOFACIC; - As outras duas com as obras que irão decorrer na EB 2,3 Marquês de Marialva e na Escola Secundária Lima de Faria decorrente da reunião realizada entre

o Sr. Presidente da Câmara e a Senhora Secretária da Educação, na qual foram demonstradas as preocupações do Executivo com as condições atuais daquelas duas escolas. Acrescentou que, naquela reunião, onde também estiveram presentes os Presidentes daquelas Escolas, a Senhora Secretária de Estado foi muito recetiva e percebendo realmente a situação grave em que se encontra a Escola EB 2,3 de Cantanhede, propôs a elaboração de um protocolo pelo qual a Câmara assumisse a obra de recuperação da EB 2,3 e da Secundária e depois, o Ministério fará o complemento do que não está em candidatura, representado cerca de 800.000,€ para cada Escola. Acrescentou que o Município pretende avançar com o projeto de requalificação as Escolas, iniciando pela E,B, 2,3 de acordo com aquilo que os próprios Conselhos Executivos entendem necessários e pertinentes, e que, quer para uma, quer para outra o valor rondará cerca de 1.200.000,00 €. Justificou assim toda a urgência de avançar com aqueles projetos, onde há muita coisa a ser corrigida e espera que até Outubro os concursos para os projetos de arquitetura e da especialidade, tanto da EB 2,3 como da Secundária já estejam abertos, ficando pendentes do envio do Protocolo prometido pela Senhora Secretaria de Estado.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual informou que, sendo a educação uma matéria estruturante para a sociedade e a criação de infraestruturas necessárias para que se criem melhores condições para que os alunos tenham tudo o que é necessário para usufruírem uma educação de qualidade, a bancada do PS associa-se e congratula-se por essa iniciativa.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's para 2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da constituição do júri para os Concursos de cargos dirigentes da Câmara Municipal de Cantanhede»:-----

----- Foi, de novo dada a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual recordou que o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara foi aprovado em Abril de 2016, tendo já sido publicado no Diário da República. De seguida informou que é intenção da Câmara Municipal promover a abertura dos competentes concursos para o preenchimento dos cargos de dirigentes, uma vez que, decorrente do acordo efetuado com todas as chefias, já terminaram todas as comissões de serviços existentes. Informou de seguida que, tendo em vista o necessário procedimento para abertura dos referidos concursos, e de acordo com a Lei, a constituição dos Júris deve ser designado pela Assembleia Municipal. Esclareceu ainda que, com o objetivo de poder existir também algum funcionário do Município a fazer parte desses Júris, o Sr. Presidente nomeou, em Regime de Substituição, o Sr. Dr. José Negrão como Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, o Sr. Eng.^a António Abreu como Diretor do novo Departamento de Obras e Urbanismo e a Sr.^a Eng.^a Anabela como Chefe da Divisão de Obras Municipais. Referiu que estas nomeações são em Regime de Substituição, devendo sujeitar-se aos concursos a abrir. Relativamente às pessoas indicadas para aqueles Júris, referiu que são pessoas com alguma qualidade e de diversas entidades, de várias áreas, tanto de renome académico como profissional, dando como exemplos, Professores do ISCAC, da Universidade de Aveiro, Departamento de Engenharia e Informática da Universidade de Coimbra, do Instituto de Engenharia de Coimbra, da Faculdade e Tecnologias da Universidade de Coimbra, de professores associados, de Departamento de Engenharia da Universidade de Coimbra, das Câmaras Municipais

de Pombal, de Gois, da Figueira da Foz, de Coimbra, de Mortágua, de Anadia, de Montemor, de Oliveira do Bairro, de Arouca, de Ovar e de Penacova, da CCDR, a Diretora do Museu Machado de Castro e um Professor auxiliar da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Informou ainda que cada Júri abrange um Presidente de Júri, o 1.º e o 2.º vogal e dois suplentes, para os concursos necessários para os lugares de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos, Chefe da Divisão Financeira e Aprovisionamento, Chefe do Serviço Municipal da Inovação e Qualidade, Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, Chefe de Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, Chefe de Obras Municipais, Chefe de Divisão e Manutenção e Equipamentos e Infraestruturas, Chefe de Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, Chefe de Divisão de Educação e Ação Social e Chefe de Serviço Municipal da Ação Social. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **ao Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da constituição do júri para os Concursos de cargos dirigentes da Câmara Municipal de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 17H50 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser

assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: